

TRABALHO AGRÍCOLA E EDUCAÇÃO ESCOLAR: INTERFACES ENTRE A CASA FAMILIAR RURAL DE QUILOMBO E O INSTITUTO EDUCAR DE PONTÃO¹

Mayane Haushahn. Bueno/ UFFS

Resumo

Este ensaio teórico pretende discutir e analisar as experiências teórico - metodológicas dos contextos escolares, da Escola Familiar Rural do município de Quilombo/SC e do Instituto Educar do município de Pontão/RS, destacando suas práticas pedagógicas na relação entre trabalho - educação. Para isso, esta abordagem consiste em, apresentar primeiramente os espaços de educação do campo, e posterior o debate em torno da metodologia da pedagogia da alternância na proposição do trabalho enquanto princípio educativo.

Palavras- chave: Educação do Campo. Pedagogia da Alternância. Trabalho

1. Introdução

A educação básica, como direito de todos ao acesso e a permanência, radica para si o compromisso social da escolarização e do respeito as diferenças culturais. É na primazia da Constituição Federal em seu (Artº 206) que consagra a educação básica como modalidade de escolarização e entende o acesso ao ensino como um bem social. Aqui, no que se refere ao debate acerca das políticas educacionais vislumbramos esta política pública não só ao acesso, mas também ao tipo de conhecimento que se pretende ensinar. Isto torna-se ainda mais problemático, quando falamos em contextos escolares rurais, especificamente da Educação do Campo.

O contexto educacional da geografia camponesa, não só foi alvo de esquecimento, bem como foi usada de artifício para garantir a legitimidade de um tipo de sujeito em detrimento de outro. O que queremos elucidar é um campo não só de produção agrícola intensa e basilar da econômica fundiária brasileira, mas um campo que ganha notoriedade na medida em que, a divisão social do trabalho, redimensiona o papel do camponês e da educação. O trabalho visto como componente curricular, e como pré-condição de dignidade

¹ Ensaio teórico referente a viagem de estudos da disciplina de Pedagogia da Alternância, com a professora Naira Estela Roesler Mohr.

humana, passará agora, à formação presente, alicerçada a uma prática, em que se prepara no trabalho e não mais para.

Nesta perspectiva educação rural/ campo e pedagogia da alternância são expressões que carregam consigo especificidades que na relação trabalho- educação nos movimentos sociais camponeses, são próprias das Casas Familiares Rurais (CFRs), Escolas Família-agrícola (EFAs), do Iterra e do próprio instituto Educar. Neste ensaio teórico, trataremos de discutir e analisar as experiências teórico- metodológicas dos contextos escolares, da Escola Familiar Rural do município de Quilombo/SC e do Instituto Educar do município de Pontão/RS.

Para isso, a primeira parte do trabalho consiste numa diferenciação entre os dois espaços citados, frente aspectos quanto a educação, concepção de trabalho e a pedagogia da alternância. Na segunda parte, buscamos articular a formação humana *omnilateral*, a partir de Marx com a metodologia da pedagogia da alternância como forma de propor uma educação que vise o trabalho como princípio educativo e seres humanos como promotores de uma sociedade menos desigual.

2. Educação do campo, divisão do trabalho rural e pedagogia da alternância

O projeto educativo pautado na Pedagogia da Alternância, nasceu na França, com o objetivo de articular os conhecimentos ensinados na escola regular, com o modo de vida e de trabalho camponês. A formação era de nível técnico primeiramente para os filhos de agricultores franceses e ao longo dos anos passou a integrar parte do sistema de ensino francês. Segundo dados da Associação Regional das Casas Familiares Rurais do Sul do Brasil, ARCAFAR/SUL, cerca de 40% das CFRs estão localizadas na América Latina, o Brasil conta com 248 casas, destas, 70 pertencem somente ao estado do Paraná.

No Brasil esta experiência ganhou notoriedade, na medida em que, os agricultores também não se sentiam contemplados com o ensino das escolas regulares, era preciso uma escola que torna-se o conhecimento escolar em conhecimento vivo, útil a vida dos estudantes. Segundo Camini (2009), esse sentimento não se distingue dos movimentos sociais do campo, quando trata do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem- Terra (MST), e revelam a mesma preocupação com a educação de seu povo quando, " [...] o objeto de sua busca não pode estar orientada pelo modelo de sociedade burguesa que analisamos, nem ser

mero instrumento de adestramento para a docilidade da submissão, formadora de opressores e oprimidos negadora de vida".

A experiência com a qual tivemos contato no município de Quilombo/ SC, prevê um organograma de ação pedagógica, cuja relação cíclica coloca o jovem estudante, compreendido dentro de sua relação com a família, comunidade e meio sócio- profissional como sujeitos capazes de "[...] serem agentes transformadores nas comunidades". Esse princípio norteará a perspectiva de atuação da casa, colocando como central o desenvolvimento e a articulação com o meio social em que os alunos residem.

Para isso, a relação jovem-família-comunidade é elucidada a todo o momento. Em regime de alternância, os tempos escola e tempo comunidade tem duração de duas semanas cada e privilegiam a organização social, e o fortalecimento de habilidades de liderança gestora. Os estudantes permanecem em regime de internato com um professor monitor para auxiliar no processo pedagógico. A formação técnica dura 4 anos e a metodologia de trabalho comprehende, desde visitas às propriedades até elaboração de relatórios e escrita do Caderno de Realidade.

Cabe destacar que, por mais que a metodologia de ensino seja pautada na pedagogia da alternância, o uso de termos, como formação de lideranças, qualificação e até mesmo uma denúncia do campo como lugar retrógrado é revelada na medida que o discurso, contrapõe esta premissa. Ao contrário do Instituto Educar, que nasce de uma reivindicação dos assentados da *Fazendo None*, com um ideologia marxista e de um projeto de sociedade visando a transformação social.

Não queremos com isso, deslegitimar as práticas educativas destes diferentes contextos. O que nos importa é entender a forma de atuação destes espaços e o modo como contribuem para a formação de um ser humano integral. Segundo Ribeiro (2010, p.293) "[...] a pedagogia da alternância tem o trabalho como princípio educativo de uma formação humana integral, que articula dialeticamente o trabalho produtivo ao ensino formal", é nesta perspectiva que os dois contextos escolares atuam e definem seus planos de trabalho pedagógico.

A essência do trabalho no Instituto Educar envolve-se na compreensão que os movimentos sociais populares do campo tem com relação aos conceitos de autonomia, emancipação e liberdade. Sobre a proposta de formação dos internos, é imprescindível dizer

que, a luta dos movimentos pela terra, é uma luta em defesa do tipo de sociedade que se quer. A partir de uma visão marxista de projeto de sociedade, visa a transformação social pelo viés do trabalho produtivo, e revela uma preocupação com a agroecologia.

No instituto, diferentemente da CFR de Quilombo, as relações sociais assentadas no capital fazem inferência aos processo de apropriação do trabalho, da expropriação da terra e dos meios de subsistência. A educação orientada sob um viés crítico- social, projeta para si a ação de transformar a sociedade e a educação, no sentido de retroação ao monopólio da elite social brasileira entranhada na alta concentração de renda. A expressividade dos movimentos sociais na contra-hegemonia do *status quo*, revelam:

A rebeldia como sentimento/luta pela emancipação é um traço pedagógico de diversas populações campesinas, indígenas, caiçaras, quilombolas, atingidas por barragens, de agricultores urbanos, que estão buscando a educação a partir de uma perspectiva contra-hegemônica, conforme Gramsci nos ensina. (OLIVEIRA & CAMPOS, 2010, p. 240)

Embora tenha a Educação do Campo, o seu caráter revelador das desigualdades sociais e de uma proposta de educação popular alternativa aos moldes do capitalismo, nem sempre garante a excelência do ensino na relação trabalho e educação através da pedagogia da alternância. A crítica que fazemos à essa garantia do ensino alternado, não deve se constituir num mecanismo de justificativa ao povo historicamente marcado pela exclusão. Não trata-se de construir personagens forjados com intuito de sensibilizar a sociedade.

O trabalho como princípio educativo emerge da relação do reconhecimento dos trabalhadores com uma identidade que forja, a primazia da burguesia e a caridade aos trabalhadores. Em Freire (2011, p.42- 43) encontramos o discurso contemporâneo para a formação destes sujeitos " Quem sentirá, melhor que eles, os efeitos da opressão? Quem, mais que eles, para ir compreendendo a necessidade da libertação? Libertação a que não chegarão pelo acaso, mas pela práxis de sua busca; pelo conhecimento e reconhecimento da necessidade de lutar por ela".

3. Trabalho como princípio educativo: Uma outra escola possível

Toda a produção da historicidade humana, é uma produção envolta da apropriação de técnicas. No campo, isto não é diferente e talvez configure uma das maiores diferenças entre

os centros urbanos e as comunidades rurais. O campo é acusado de um certo atraso científico, sem acesso as tecnologias da informação e da comunicação, e com meios rudimentares de uso nas funções produtivas. Outrora, a cidade, aparece dotada de um grau de urbanização, acesso aos desenvolvimento econômico e tecnológico, um sistema complexo pela quantidade de funções produtivas que se encontra em seu espaço.

A perspicácia destes discursos apontam para a forma com que a ideologia burguesa ludibriia nossa vida, e faze-nos crer na sua verdade. Dessa forma, a explicitação deste confronto na ótica de Caldart (2012, p. 262) revela o direcionamento da Educação do Campo que, têm no camponês a figura da resistência e da contradição assumida. "Vivendo sob o capitalismo, os camponeses confrontam sua lógica fundamental com a da exploração do trabalho pelo capital, resistindo em um modo distinto de produzir, de organizar a vida social e de se relacionar com a natureza".

Tratando-se de trabalhadores do campo, nada mais justo do que pensar em formas menos contrastantes de trabalhar a realidade rural, a realidade dos trabalhadores rurais. A pedagogia, não pode esquecer das formas de expressão do ser no mundo, o trabalho e as relações produtivas é uma condição de transformação, não de alienação. Segundo Frigotto, o trabalho na perspectiva *omnilateral* marxista marca, a concepção de que a especificidade humana se constrói nas relações com o mundo, com as produções histórico- sociais efetivas da cultura humana.

Tal compreensão de ser humano é o oposto da concepção burguesa centrada numa suposta natureza humana sem história, individualista e competitiva, na qual cada um busca o máximo interesse próprio. Pelo contrário, pressupõe o desenvolvimento solidário das condições materiais e sociais e o cuidado coletivo na preservação das bases da vida, ampliando o conhecimento, a ciência e a tecnologia, não como forças destrutivas e formas de dominação e expropriação, mas como patrimônio de todos na dilatação dos sentidos e membros humanos. (2012, p.268),

Sendo o trabalho a atividade vital e criadora mediante o qual o ser humano produz e reproduz a si mesmo, e a educação uma das possibilidades de ação transformadora da realidade, não podemos negligenciar o caráter construtivo do trabalho enquanto ação de coletividades, de espaços, de formas de ser no mundo. Isto se confirma nos projetos de escola vivenciados tanto na CFRs de Quilombo, quanto no Instituto Educar em Pontão. Não depreendemos o fato de que a atividade produtiva é inerente e ontológica.

Todavia, uma educação na omnilateralidade exige condições prioritárias que, ainda não estão presentes nas agendas dos governos, e muito menos nos projetos de Estado aquém da benevolência. Muito se avançou, mas é irrisório frente as camadas sociais privilegiadas que encontram na ordem social desigual, uma alternativa de também atividade produtiva. Neste sentido, Pystrak (2000, P.24) reitera a autonomia da escola frente a produção do conhecimento e afirma,

[...] sem teoria pedagógica revolucionária, não poderá haver prática pedagógica revolucionária. Sem uma teoria de pedagogia social, nossa prática levará a uma acrobacia sem finalidade social e utilizada para resolver os problemas pedagógicos na base das aspirações do momento, caso a caso, e não na base de concepções sociais bem determinadas.

Ainda, nesta mesma lógica, Segundo Marx (2004, p.104), “[...] é necessário modificar as condições sociais para criar um novo sistema de ensino; por outro, falta um sistema de ensino novo para poder modificar as condições sociais”. As hierarquias sociais que se sustentam por sua vez na economia política e no modo de produção capitalista condicionam as práticas escolares transformando-as em hierarquias expressas da sociedade capitalista. Seja por isso, a unicidade entre educação e trabalho fazer tanto sentido, na contemporaneidade das nossas relações.

Referências

- Dicionário de Educação do Campo, CALDART, R. S.; PEREIRA, Isabel B.; ALENTEJANO, P.; FRIGOTTO, G. (Orgs.). Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. 50. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.
- MARX, K.; ENGELS, F. *Textos sobre educação e ensino*. São Paulo: Centauro, 2004
- PYSTRAK, M. M. *Fundamentos da Escola do Trabalho*. São Paulo: Expressão Popular. 2000
- RIBEIRO, Marlene. *Movimento camponês, trabalho e educação: liberdade, autonomia, emancipação: princípios/ fins da formação humana*. São Paulo: Expressão Popular, 2010.